

Apresentação

Neste número um do volume 11 de GeoTextos, os três primeiros artigos têm em comum a abordagem da questão habitacional e as políticas de requalificação do espaço urbano em contextos diferenciados no Brasil e na França. Ana Maria Martins Queiroz vai abordar as dificuldades da comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango para permanecer em seu território em Belo Horizonte, problematizando as “dinâmicas socioespaciais de negros e negras na cidade”, bem como “a manutenção e a reprodução de suas práticas identitárias e culturais” no espaço urbano, mostrando a invisibilidade destes grupos para as políticas urbanas e o planejamento territorial na capital mineira. Em seguida, Viviane Fernanda de Oliveira discute o papel do capital incorporador para a produção de condomínios horizontais populares fechados em cidades do interior paulista, a partir de entrevistas com moradores e futuros moradores em Presidente Prudente e São Carlos, evidenciando em sua análise que “o espaço urbano produzido a partir das ações do capital incorporador e da busca do lucro máximo, em detrimento daqueles que de fato residirão nessas áreas, gera os mais variados impactos no cotidiano desses moradores”. Já Livia Maschio Fioravanti vai problematizar a requalificação urbana na região de *La Plaine Saint-Denis*, no subúrbio norte da metrópole Paris, e os processos de substituição de população e segregação decorrentes destas operações, concluindo que o discurso oficial da “mistura social” serve aos interesses do capital imobiliário, ocultando o verdadeiro caráter segregacionista destes programas e projetos.

No quarto texto que compõe a seção Artigos, Wendel Henrique Baumgartner, baseado em estudos de caso nas cidades sede dos campi da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e em Passau (Baviera/Alemanha), sede da Universidade de Passau, vai discutir o papel das universidades como agentes de desenvolvimento urbano e regional em cidades pequenas e médias, propondo “uma abordagem metodológica que

dê suporte para pesquisas focadas na integração, na fragmentação e nos conflitos entre a cidade da população local e aquela das universidades”. Os quatro artigos que se seguem problematizam a governança e a gestão territorial, bem como o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente e a criação do Parque Estadual das Lauráceas no contexto das políticas públicas ambiental e agrária, refletindo sob um ponto de vista geográfico a elaboração, a implementação e a gestão de políticas públicas em diferentes escalas e sob abordagens diversas. Elson Luciano Silva Pires discute especificamente “a importância das escalas dos fenômenos econômicos e sociais com ênfase no Brasil contemporâneo, que definem recortes espaciais significativos para a intervenção pública do Estado no desenvolvimento territorial”; já Juliana Nunes Rodrigues e Fernanda Moscarelli vão constatar “uma mudança substancial na forma de produção do espaço urbano, que se caracteriza pela intensificação das interações e interdependências que estão para além dos limites político-administrativos, sobretudo municipais”, discutindo “os principais traços do federalismo no Brasil” e enfatizando “a fragilidade de marcos regulatórios capazes de orientar os papéis das escalas federadas na elaboração e gestão compartilhada de políticas públicas”; Natália Lampert Batista, Elsbeth Léia Spode Becker e Roberto Cassol, por sua vez, buscam analisar “o relatório final do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, à luz de aportes teóricos da Educação Ambiental”, abordando criticamente o teor e a política deste Programa; Jandaira Santos Moscal e Cicilian Luiza Löwen Sahr abordam em seu texto a criação do Parque das Lauráceas no Vale do Ribeira, no Paraná, “no contexto das políticas de conservação da natureza, que se firmam no Brasil a partir de um modelo proposto internacionalmente de proteção integral da biodiversidade”, analisando o processo de formação da estrutura fundiária da região “desde os primórdios até a criação e a implantação do Parque Estadual” e discutindo “a inserção das comunidades quilombolas, moradoras históricas da região” nas estratégias governamentais.

No nono artigo da mesma seção, Carlos José Espíndola e Roberto César Costa Cunha vão analisar a dinâmica geoeconômica da cadeia produtiva da soja no mundo, tratando também da dimensão geográfica desta

cadeia no Brasil, focando na produção e na exportação da cadeia brasileira de soja e sua consolidação no mercado internacional.

Finalmente, na seção Perspectivas, Glauco Bruce Rodrigues busca articular dois campos de pesquisa e ação política: a Geografia Histórica e os ativismos sociais, apresentando os elementos teóricos e metodológicos mais pertinentes a cada campo específico, para sugerir “a possibilidade de articulação de tais campos como uma forma singular de compreender o processo de produção e organização do espaço”.

Boa leitura!

Angelo Serpa
Editor Responsável

